

Congresso realiza a primeira sessão em apenas 15 minutos

Da Sucursal de Brasília

Com quarenta minutos de atraso, provocado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, o Congresso Nacional realizou ontem sua primeira sessão legislativa do ano. O plenário estava lotado, principalmente por convidados do corpo diplomático. Cerca de cem parlamentares participaram. O PT boicotou a sessão por discordar do funcionamento da Câmara e Senado paralelos ao Congresso constituinte. Os ministros-chefes da Casa Civil, Marco Maciel, e do SNI, general Ivan de Souza Mendes, apresentaram o Palácio do Planalto. A sessão, que começou às 10h40, durou apenas quinze minutos, o suficiente para a leitura da mensagem do presidente Sarney ao Congresso Nacional e para o discurso do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB).

A mensagem do presidente Sarney, lida pelo 1º secretário do Senado, senador Juthay Magalhães (PMDB-BA), destaca a importância do Congresso constituinte e da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa para a normalidade do processo político. Humberto Lucena, que presidiu a sessão, disse no seu discurso que a proposta de auditoria da dívida externa o sensibiliza.

O presidente Sarney afirma, em sua mensagem, que o Brasil gerou, no ano passado, o terceiro saldo comercial do mundo (9,5 bilhões de dólares). O primeiro foi o do Japão e o segundo da Alemanha Ocidental. Enquanto a mensagem presidencial era lida, o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), dormia na sua poltrona na primeira fila do lado direito do plenário. Amaral Netto foi acordado pelos aplausos protocolares ao discurso. Do lado esquerdo do plenário, na bancada do PMDB, o deputado José Freire (GO)



Os convidados lotaram o plenário na sessão de abertura do Congresso

Bancada petista não comparece

Por decisão da bancada federal, nenhum deputado do PT compareceu ontem à sessão de instalação do Congresso Nacional. "Partindo do princípio de que nós defendemos a soberania do Congresso constituinte, julgamos incorreta a instalação da Câmara e do Senado", afirmou a deputada Irma Passoni (SP), que apesar de estar em Brasília também não foi ao Congresso.

Irma e o deputado Plínio de Arruda

Sampaio (SP) esperaram, até o último sábado, alguma comunicação das lideranças do PMDB e do PFL sobre o andamento das negociações para a aprovação do Regimento Interno do Congresso constituinte. Como isso não ocorreu, os deputados desfizeram o plantão. Irma viaja na próxima quarta-feira para São Paulo e só retorna no dia 10. O líder do PT, Luis Inacio Lula da Silva (SP), também retornará a Brasília nesta data.

lia jornal. Antes da sessão, enquanto esperava pelo ministro Moreira Alves, o deputado Ulysses Guimarães conversava de pé com o general Ivan Mendes. O atraso de Moreira Alves, segundo o assessor do Senado, Manoel Vilela, que enviou um carro para apanhar o presidente do STF, foi provocado por "motivos normais". O senador Humberto Lucena ter-

minou seu discurso afirmando que o Congresso Nacional (Câmara e Senado) está pronto "para servir aos altos designios da Assembléia Nacional Constituinte, contanto que ela funcione num clima de absolutas garantias." Lucena disse que o Congresso Nacional possui apenas o poder de emendas a Constituição atual.

"Torna-se impatriótico infundir no país apreensão"

Este é o preâmbulo da mensagem do presidente José Sarney ao Congresso Nacional:

"Senhores Membros do Congresso Nacional,

"Pela segunda vez, no exercício de meu mandato, cumpro o mandamento constitucional de dar contas ao Congresso Nacional da situação do País. Faço-o, consciente das graves responsabilidades que pesam sobre o nosso destino, neste momento de profundas transformações.

"Repousam hoje nos integrantes da Legistatura que ora se instala, em sua condição de depositários soberanos do Poder Constituinte, as esperanças e as expectativas de toda a Nação. O trabalho de elaboração constitucional, apenas iniciado, há de resgatar para a sociedade brasileira os valores permanentes das modernas democracias: uma ordem política estável e participativa, uma ordem social calcada nos princípios da solidariedade e uma ordem econômica mais justa e sem discriminações. Como Presidente da República, e como cidadão, tenho a certeza de que a tarefa de reordenação institucional há de merecer de Vossas Excelências a dedicação que sua relevância exige e o devotamento que suas repercussões impõem. O Poder Executivo, atento à importância de que se reveste essa nobre missão, tem sua visão histórica da Assembléia Nacional Constituinte, responsável por um novo pacto social democrático, duradouro e justo.

"Para esses objetivos contribuiu, na medida de seus compromissos públicos, o Governo da Nova República. A decisão de convocar a Assembléia foi precedida do estabelecimento da liberdade de organização partidária, da concessão do direito de voto aos analfabetos e da concessão de autonomia política aos Municípios das Capitais e àqueles considerados de interesse da segurança nacional. Modernizou-se a legislação eleitoral e se efetuou o mais amplo recadastramento de eleitores de que se tem notícia na história política do País. Foram mudanças que alteraram de forma ampla e significativa todo o panorama político-eleitoral brasileiro, permitindo que número jamais alcançado de partidos, eleitores e candidatos participassem do mais livre pleito já ocorrido em nossa evolução política.

"Foram momentos de verdadeira comunhão nacional, e de seu significado diz bem a particularidade de terem sido os constituintes escolhidos no mais concorrido de quantos pleitos já se verificaram no País. Este clima de intensa, inédita participação popular, no entanto, não teria sido possível, se não tivéssemos um processo de transição pacífico e sem confrontos, sem que o estado de direito sofresse qualquer abalo.

"Por esta razão, os demais Poderes da República têm claras e definidas responsabilidades para com a normalidade do processo constituinte, entregue ao poder soberano de Vossas Excelências, para dar ao País uma Nova Constituição, quando a Nação se aproxima do centenário da República.

"Foi com o objetivo de preservar a normalidade e a estabilidade desse processo que tomei medidas da mais ampla repercussão para a política econômica do Governo, decretando a suspensão, por tempo indeterminado, do pagamento do serviço de nossa dívida externa. Ao contrário dos que afirmam resultar essa iniciativa da emergência de nossas dificuldades internas, posso assegurar que este foi um ato soberano de um País soberano, no pleno exercício de sua soberania.

"A importância e o significado desta decisão não podem ser contestados, à medida que ela representa a defesa de nossos interesses, como Nação. E, na preservação dos interesses do País, não permitirei que nos sujeitemos a quaisquer outras conveniências, por mais relevantes e legítimas que sejam. Consumi este ato com os olhos

postos no futuro. Mas nem por isso consentirei que, sem seu nome, hipotequemos os direitos e as expectativas das atuais gerações.

"O Brasil tem uma tradição de respeito e acatamento a seus compromissos. Em mais de um século e meio de vida independente, necessitamos, ocasionalmente, de nos valer desse recurso, sem que jamais tivéssemos deixado de honrar a nossa dívida. Nem este é o nosso intento. O que não podemos, como já afirmi no discurso pronunciado ante a Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1985, é pagar a dívida externa com recessão, desemprego e fome.

"A despeito de todas as dificuldades, geramos, no ano passado, o terceiro saldo comercial do mundo, colocando-nos, logo após o Japão e a Alemanha Ocidental, com um superávit de 9,5 bilhões de dólares. Em decorrência dos elevados compromissos financeiros da dívida externa, no entanto, o País fechou o ano com um déficit, em conta corrente, de 2,8 bilhões de dólares. Só graças às reservas internacionais conseguimos cumprir nossos compromissos internacionais, chegando, ao fim de 1986, com um estoque de divisas da ordem de 7 bilhões de dólares.

"Era meu dever, em face da deterioração dos termos de nossas trocas comerciais, preservar os recursos que nos assegurassem a continuidade de nossa vida econômica, pressuposto indispensável à renegociação das condições de amortização de nossa dívida, como sempre fizemos no passado.

"O Brasil teve, nos últimos dez anos, o maior crescimento do Produto Interno Bruto, entre as dez maiores economias do mundo. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, em 1986, mostra a excepcional marca de 7,7%. A renda per capita acumulada, nos últimos dois anos, cresceu 11,5%. O Produto Industrial aumentou, no ano passado, 12%. As atividades de comércio e comunicações atingiram taxas de 13 e 17%, respectivamente. Em face deste desempenho, torna-se impatriótico infundir no País apreensão, ou olhar com desconfiança o seu futuro.

"O Governo adotou uma decisão amadurecida, com a experiência do passado e calcada nas expectativas de nosso futuro. Ela não é fruto de imposição de circunstâncias sobre as quais não temos domínio, nem se baseia em dificuldades que não possamos superar.

"Há, entre os permanentes questionadores da gestão econômica, os que apontam, monotonamente, para as mesmas causas e não se cansam de acusar a omissão do Governo em conter os seus próprios excessos, vendo, no déficit público, a razão de todos os males e a raiz de todos os problemas. A esses é preciso responder com a evidência incontestável dos números e com a medida exata de nossos esforços. O déficit público, que, em 1985, foi de 4,3% do PIB, caiu, em 1986, para 2,9%. O excepcional crescimento da receita, graças à retomada do desenvolvimento e à adoção de medidas fiscais, tornou possível encerrar o exercício com déficit de caixa do Tesouro Nacional, da ordem de 106 bilhões de cruzados, significativamente menor do que todas as estimativas iniciais. Com estes resultados, torna-se impossível falar em omissão ou acusar o Governo de não fazer os ajustamentos internos necessários.

"Aos que desejam ver, nas conquistas do Plano Cruzado, a efêmera vitória de um simples momento de euforia, é conveniente lembrar que a variação anual do nível de preços, que atingiu, em 1985, a taxa de 233,7%, e que, no início de 1986, apontava para uma expectativa de cerca de 500%, graças às medidas de ajustamento e ao Programa de Estabilização Econômica, declinou para 62,4% — uma das menores taxas dos últimos dez anos. Quem, em tais circunstâncias, ousar dizer que o Programa de Estabilização Econômica não deu certo, ou não reverteu as expectativas inflacionárias que ameaçavam inviabilizar a economia brasileira?

"Senhores Congressistas, "Na Mensagem em que me dirigi a Vossa Excelências, em março de 1986, afirmi, serena e conscientemente, que neste País não há lugar para pessimismo. Com a mesma serenidade, posso dizer, hoje, que tomamos o destino em nossas mãos e que vamos continuar a construí-lo, trilhando a senda do progresso, do crescimento auto-sustentado e da redução das injustiças sociais. Não sucumbiremos à recessão, não nos deixaremos abater pela adversidade, nem seremos vencidos pelo derrotismo.

"Tenho consciência de nossos compromissos e de nossa destinação histórica. Temos todos a exata dimensão de nossa grandeza. Sabemos do que somos capazes e não temos por que temer os atos conscientes que adotamos em defesa de nossos interesses, de nossa soberania e das opções que, deliberadamente, fizemos.

"Os atos do Poder Executivo têm sido pautados no pressuposto de que a paz social, o entendimento e a normalidade institucional são requisitos indispensáveis para que a Assembléia Nacional Constituinte trabalhe com sabedoria e tranquilidade, consumando o fecundo debate de que há de resultar a solução de grande parte de nossos problemas.

"A obra de conciliação nacional que empreendemos, e na busca da qual não esmoreço, não se completará, no entanto, enquanto não criarmos os instrumentos capazes de erradicar a miséria e de superar as diferenças internas de renda e de fruição coletiva dos benefícios comuns. Por isso, tenho persistido na busca incessante dos meios que nos assegurem os investimentos de que carecemos e que se tornam inadiáveis para alcançarmos o desenvolvimento, objetivo de tantas gerações. Os ajustamentos promovidos no Programa de Estabilização Econômica, em 1986, tiveram o salutar propósito de assegurar recursos para materializarmos as metas do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República. O Fundo Nacional de Desenvolvimento vai assegurar aplicações estimadas em 120 bilhões de cruzados, apenas em 1987.

"Continuamos empenhados em ampliar as bases sociais de nosso desenvolvimento. Por isso, o Governo continua a dar à opção social, proclamada desde o início da Nova República, a condição de prioridade nacional. Se, de um lado, estamos contemplando, com substanciais recursos, setores vitais, como o de energia, transporte e produção de alimentos, continuamos, por outro, no esforço de prosseguir assegurando recursos para as áreas de educação, saúde e formação de recursos humanos. As inversões em ciência e tecnologia serão intensificadas, criando condições para que o País supere, definitivamente, a dependência tecnológica, que é um dos pontos de estrangulamento de nossa independência econômica.

"O Governo confia em que, criadas as bases da estabilidade política e institucional do País, a sociedade há de responder prontamente ao esforço de recuperação econômica em que estamos empenhados. Temos que aumentar a poupança interna, que declinou, acentuadamente, nos últimos dez anos, criando as bases de um ajustamento sem recessão, sem desemprego e sem perda dos ganhos reais do salário. Estancada a sangria que debilita o organismo nacional, serviremos de criar condições para que o serviço da dívida seja apenas um encargo e um compromisso, e não um fator de estrangulamento do nosso desenvolvimento.

"Com estas convicções é que me dirijo a Vossas Excelências, no instante da abertura dos trabalhos desta Legistatura, na certeza de que, juntos, continuaremos a empreender as tarefas reclamadas pela Nação: consolidar o projeto democrático e promover um processo orgânico e justo de desenvolvimento nacional.

Brasília, 1º de março de 1987
José Sarney."